PODER

Telegram monitora 100 canais

Em obediência à ordem de Moraes, plataforma avalia atividade de grupos para detectar fake news e cometimento de crimes

» CRISTIANE NOBERTO
» INGRID SOARES
» LUANA PATRIOLINO

Liberado para operar novamente no Brasil, o Telegram começou a colocar em prática as medidas exigidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para continuar funcionando no país. Uma das obrigações é monitorar os 100 canais mais populares da plataforma, incluindo o do presidente Jair Bolsonaro (PL) — que tem mais de 1 milhão de inscritos — para detectar disseminação de notícias falsas e cometimento de crimes.

A empresa — que deletou pelo menos uma postagem de Bolsonaro por ordem da Corte — ainda não detalhou como será feita essa supervisão nem quais grupos serão avaliados, mas essa centena representa mais de 95% das visualizações de mensagens públicas do aplicativo em território nacional.

Com regras de funcionamento menos rígidas, o Telegram atrai extremistas banidos de redes como Facebook, Twitter e YouTube. É por meio da plataforma que o blogueiro Allan dos Santos, foragido da Justiça, se comunicava diariamente com seus apoiadores. Muito ativo, ele promovia ataques às instituições, criticava a oposição e espalhava fake news.

Além do monitoramento, o Telegram indicou um representante legal no Brasil: o advogado Alan Campos Elias Thomaz, especialista em direito digital e que, desde agosto de 2020, tem um escritório em São Paulo. Segundo um perfil dele em uma rede social, os clientes são empresas nacionais e internacionais do setor de tecnologia ou que estão passando por um processo de "transformação digital".

No Congresso, o assunto tem provocado polêmicas. Enquanto parlamentares ligados ao governo Bolsonaro criticaram a medida e alegaram censura e autoritarismo por parte de Alexandre de Moraes, outros acreditam que o tema deve ser debatido com mais cautela.

» Bom para os Bolsonaro

O imbróglio envolvendo o Telegram impulsionou os perfis da família Bolsonaro no aplicativo. Nos últimos três dias, o presidente ganhou 142 mil inscritos, um aumento de 13,1%. No domingo, o perfil do chefe do Executivo tinha 1,2 milhão de seguidores. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) registrou 11 mil seguidores a mais no período e chegou a 100 mil inscritos, um aumento de 12,1%. O vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), que tinha 77 mil inscritos até sexta, ganhou 10 mil seguidores — crescimento de 12,3%. O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) conquistou três mil seguidores, um aumento de 5%. O levantamento é do Laboratório de Humanidades Digitais da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) destacou que a situação indica a necessidade de debater o Projeto de Lei 2.630/2020, mais conhecido como PL das fake news. "Esta semana será importante avançar no diálogo com o Senado e com o governo. A decisão do ministro Alexandre de Moraes evidencia a necessidade de ter lei para regular a atividade na internet. Pretendo ter texto para votar até o fim de março", disse ao **Correio**.

Para o senador Angelo Coronel (PSD-BA), a falta de controle do Telegram no Brasil era inadmissível e carecia de medidas mais drásticas, como foi a decisão de Moraes. "Esperamos que, com a aprovação do PL 2.630, que já passou no Senado e agora tramita na Câmara, consigamos fazer com que qualquer empresa que venha a se estabelecer no Brasil tenha de estar sujeita às leis brasileiras", frisou.

Flickr/STF

Após o Telegram cumprir as determinações, Moraes revogou, no domingo, a própria decisão de bloquear o aplicativo

As medidas

Veja quais foram as determinações do STF

» Bloquear o canal @claudiolessajornalista (cumprida)

» Dizer quais providências estão sendo tomadas para combater a desinformação e a divulgação de notícias falsas no Telegram (pendente)

» Fornecer "todos os dados disponíveis", como nome, CPF e email, de quem criou os perfis @allandossantos, @artigo220 e @tercalivre, todos ligados ao blogueiro Allan dos Santos (cumprida)

» Suspender a monetização, doações e pagamentos de publicidade e inscrição dos três perfis (cumprida)

» Detalhar o ganho financeiro dos perfis; informar imediatamente à Justiça se Allan dos Santos criar outros perfis no Telegram (cumprida)

» Bloquear imediatamente novos perfis criados por Santos (cumprida)

» Adotar mecanismos para impedir que Allan dos Santos ingresse na plataforma com novos perfis (cumprida)

Investigação destravada

As informações prestadas pelo Telegram ao Supremo Tribunal Federal (STF), no domingo, para reverter a ordem de bloqueio do funcionamento da plataforma no Brasil devem ser aproveitadas em outra frente de investigação: a que apura a conduta das principais redes sociais para conter o compartilhamento de conteúdos falsos e radicais.

Embora tenham garantido, em um primeiro momento, a continuidade das operações da empresa em território brasileiro, as medidas anunciadas pelo Telegram estão sendo analisadas pela Procuradoria dos Direitos do Cidadão, em São Paulo, no inquérito aberto em novembro do ano passado para minimizar o impacto da desinformação na internet em direitos fundamentais, como saúde pública e exercício de direitos políticos. O foco da investigação são as medidas adotadas pelas plataformas de redes sociais e de mensagens contra a disseminação organizada e dolosa de conteúdos falsos, sobretudo nos casos em que há ganhos políticos ou financeiros.

A partir desses primeiros elementos fornecidos pelo Telegram, o Ministério Público Federal (MPF) vai começar o escrutínio sobre a política de moderação e autorregulação da plataforma.

Após a análise de todas as informações, o MPF vai organizar audiências públicas para sabatinar as empresas.

Bolsonaro acusa "perseguição implacável"

O presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que sofre uma "perseguição implacável" por parte do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O chefe do Executivo deu as declarações, ontem, em entrevista à Jovem Pan, ao reclamar das sanções no Telegram.

"Sabemos da posição do Alexandre de Moraes. (...) É uma perseguição implacável para cima de mim. Tivemos momentos difíceis no ano passado, quando o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) julgou a possibilidade da cassação da chapa Bolsonaro-Mourão por fake news", frisou. "Acredite: eu até respondi a processos no TSE por abuso do poder econômico", emendou, afirmando que as ações deveriam ter sido arquivadas.

Bolsonaro acusou Moraes de tentar favorecer algumas candidaturas, em especial, à do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder nas pesquisas de intenção de voto. "Nós sabemos o que alguns querem no Brasil. Não são todos. Me querem fora de combate, e o Lula eleito. Pode ter certeza: dentro das quatro linhas, temos como fazer com que o processo caminhe na normalidade no Brasil", ressaltou.

Ele destacou que o ministro da Defesa, Braga Netto, enviou sugestões à Corte sobre o processo eleitoral e voltou a comentar a respeito do papel das Forças Armadas no processo de auditamento das urnas. "Teremos eleições sem interferência política", disse.

"Recuo"

O chefe do Executivo também comentou a decisão de Moraes de revogar o bloqueio ao Telegram. No domingo, o ministro justificou que a plataforma cumpriu as determinações judiciais que estavam pendentes.

"Revogou a própria decisão dele. O nosso advogado-geral da União, Bruno Bianco, entrou com uma ação sexta e sábado, muito bem fundamentada, levando-se em conta a jurisprudência do próprio Supremo", relatou. "A ação caiu para a senhora Rosa Weber (ministra da Corte), que já era autora de uma jurisprudência, ou seja, o Alexandre de Moraes ia perder no plenário e resolveu recuar", disparou.

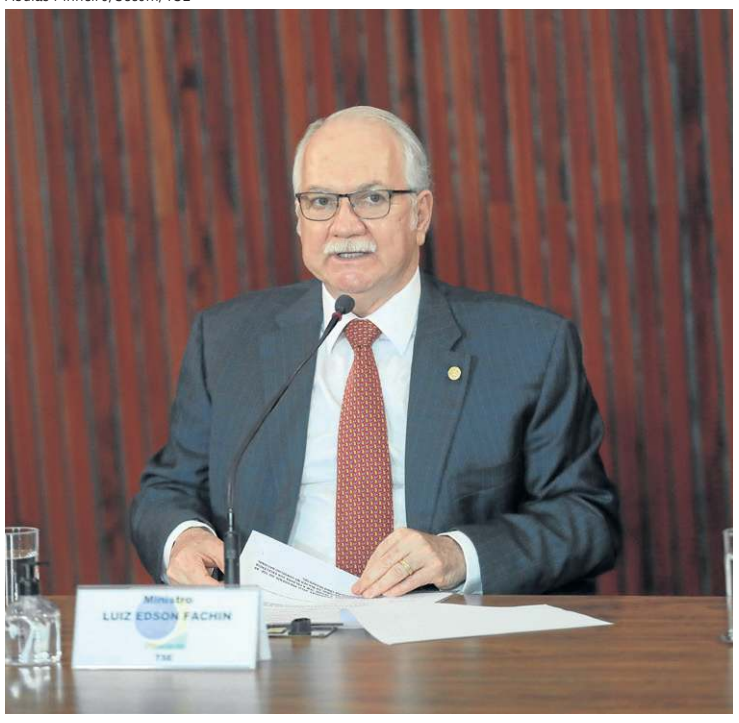
O presidente ainda reprovou a atitude do ministro de ordenar a retirada de uma transmissão dele feita em 2021. "Uma das causas dele era retirar do ar uma live minha do Telegram. Ah, pelo amor de Deus, Alexandre de Moraes, você quer que eu tire? Eu tiro agora. Não tem problema nenhum", bradou. "Não tenho o número exato, mas tem dezenas de milhões de pessoas que usam Telegram. Você não pode prejudicar pessoas que usam isso daí para fazer negócio, para tratamento médico, usam para defesa civil. É um crime fazer isso daí. É um ato, no meu entender, lamentável, que ele resolveu recuar a tempo." (**IS e CN**)

Aniversário do presidente tem bolo das tias do zap

Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro ganhou uma festa de aniversário organizada por apoiadores no cercadinho do Palácio da Alvorada. O chefe do Executivo completou, ontem, 67 anos. "Eu sou a tia do zap. As tias do zap vão reeleger o presidente Bolsonaro", afirmou uma senhora na chegada ao local. Os simpatizantes levaram um bolo com a foto do presidente.

Abdias Pinheiro/Secom/TSE



Fachin também ampliou de seis para 11 os integrantes da comissão

Comissão reforçada contra fake news

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ampliar as atribuições da comissão responsável pela segurança cibernética da Corte, que, agora, também vai ficar responsável por combater notícias falsas e ataques contra a Justiça Eleitoral. O grupo é presidido pelo ministro Alexandre de Moraes.

Criada em 2020, após ameaças de crimes cibernéticos durante as eleições municipais, a comissão também vai ganhar um reforço no número de integrantes: serão 11 membros no lugar dos seis atuais.

As mudanças constam em portaria publicada, ontem, pelo presidente do TSE, ministro Edson Fachin, que apontou a necessidade de reestruturar a composição da comissão para a "efetiva análise de ações de prevenção e enfrentamento de ilícitos decorrentes de tentativas de ataques cibernéticos (...) com a finalidade de prejudicar a imagem da Justiça e do processo eleitoral, inclusive com vazamento de informações e documentos sigilosos".

Milícias digitais

O presidente do TSE também citou o inquérito das milícias digitais, que mira a atuação coordenada de grupos organizados na internet para disseminar informações falsas, e os ataques patrocinados por esses grupos contra a imagem da Justiça Eleitoral. Além de apoiadores bolsonaristas, o próprio presidente Jair Bolsonaro (PL) é investigado no caso.

Fachin ainda defendeu a adoção de medidas para "aferição de utilização de financiamento e divulgação em massa" de conteúdos com objetivo de "lesar ou expor a perigo de lesão a lisura e confiança do sistema eleitoral".

A comissão será composta pelo ministro Mauro Campbell Marques, que vai ocupar o cargo de vice-presidente; pelo delegado federal Disney Rosseti; por quatro juízes auxiliares; por um assessor do gabinete de Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal; e por um analista e um servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE.

Efetiva análise de ações de prevenção e enfrentamento de ilícitos decorrentes de tentativas de ataques cibernéticos (...) com a finalidade de prejudicar a imagem da Justiça e do processo eleitoral"

Trecho do documento em que Fachin justifica a mudança